

Carta da sociedade civil latino-americana à Presidência da COP30

78 organizações da sociedade civil climática da América Latina e do Caribe, representando o nodo latino-americano da rede Climate Action Network, a rede da América Latina do International Climate Politics Hub, as Redes Chaco do Gran Chaco Americano, as redes ecumênicas da Christian Aid e da ACT Alliance, e a rede da sociedade civil brasileira Observatório do Clima, apresentam suas sugestões e solicitações à Presidência da COP30 com vistas às negociações dos órgãos subsidiários em Bonn, para apoiar o esforço da Presidência em articular resultados concretos de implementação rumo à COP30 em Belém do Pará, Brasil.

Sr. Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago;

Sra. Diretora Executiva da COP30 e Secretária Nacional para Mudança do Clima, Ana Toni;

*Escrevemos a partir de um futuro que foi quase impossível.
Um futuro em que finalmente nossas vozes ecoaram fortes e claras,
onde os compromissos não foram mais adiados,
onde as NDCs não foram apenas promessas, mas planos vivos, alinhados com a ciência e
com o 1,5°C.*

*Onde os combustíveis fósseis ficaram para trás,
desmantelados com justiça,
dando lugar a comunidades energéticas distribuídas e fontes renováveis
que florescem a partir dos territórios.*

*Um futuro onde a natureza não é ameaçada, mas protegida pelo impulso de uma
governança global que respeita e cuida.
Para todos e todas, por todos e todas.*

*Neste futuro possível — ainda frágil, ainda urgente —
os fluxos financeiros não alimentam mais a crise,
mas sim a resiliência.*

*Os instrumentos estão livres de dívidas,
o financiamento para a adaptação deixou de ser uma dívida pendente,
e a arquitetura financeira internacional finalmente se alinha com a vida.
Aqui, os governos assumiram sua responsabilidade histórica.*

*Não com discursos, mas com impostos sobre o carbono,
leis transformadoras
e marcos regulatórios que blindam os direitos
daqueles que defendem o planeta com seus corpos e suas palavras.*

*Aqui, a Amazônia continua viva.
Porque ouvimos seus povos guardiões
e defendemos seu direito de existir.
Porque sabemos que uma humanidade segura é uma Amazônia de pé.*

*A partir deste futuro que ainda podemos construir,
chamamos os Estados a agir com a urgência que a tripla crise exige
e a aproveitar o processo da COP30 para avançar com visão
e clareza na fase de implementação
e de transformação que a agenda do clima e da vida requer.*

A partir desta visão de futuro possível, e conscientes de que ainda estamos a tempo de torná-la realidade, as organizações da sociedade civil climática da América Latina saúdam com entusiasmo a liderança da Presidência da COP30 e reconhecem a oportunidade histórica que este momento representa para o futuro da humanidade e do nosso planeta. Juntamo-nos aos seus esforços para reforçar o multilateralismo, a ação coletiva e destacar a voz da nossa região e do Sul Global no âmbito do regime internacional derivado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Reconhecemos que não é um processo perfeito, mas desejamos colaborar com vocês nesta nova etapa de implementação acelerada do Acordo de Paris, comprometidos em manter viva a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C e na construção de uma nova governança climática capaz de responder com equidade, urgência e ambição à crise que enfrentamos.

Acreditamos firmemente que o *Mutirão* Global proposto por vocês representa uma oportunidade valiosa para alinhar esforços em torno de um propósito comum, articulando iniciativas locais com processos de governança internacional. Nesse espírito, aderimos a esta convocação com o compromisso de contribuir com nossa experiência e capacidade. Sonhamos com um *Mutirão* nutrido e informado por nossas abordagens e maneiras latino-americanas, e que as ações que estão em andamento nos territórios e comunidades do Sul Global, que demonstraram capacidade e compromisso com a agenda de ação climática, tenham uma forte liderança.

Agradecemos a abertura demonstrada pela Presidência da COP30 e concordamos plenamente com sua visão de que o sucesso da COP30 dependerá da nossa capacidade coletiva de mobilizar ações concretas, ambiciosas e estruturais que acelerem a transformação sistêmica que o planeta exige. Alinhados a esse objetivo e com o objetivo de apoiar os esforços da Presidência para articular resultados concretos de implementação para a COP30, incluindo as negociações dos órgãos subsidiários em Bonn, compartilhamos abaixo nossas sugestões e solicitações para garantir resultados compatíveis com a crise planetária que nos afeta:

Ambição climática

1. **Exortar os Chefes de Estado dos países desenvolvidos e do G20 que ainda não o fizeram a apresentar suas respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC 3.0) antes de setembro**, com compromissos ambiciosos, alinhados com a ciência, com as diretrizes do Balanço Global (GST) e com planos de implementação claros, que garantam a participação da sociedade civil e de atores locais em sua formulação. Sua apresentação oportuna permitirá que o relatório de síntese do Secretariado, antes da COP30, avalie sua compatibilidade com a meta de 1,5°C e

verifique sua contribuição justa e efetiva para as reduções globais de pelo menos 43% até 2030 e 60% até 2035.

2. **Impulsionar processos nacionais e regionais participativos que fortaleçam a governança ambiental no desenho e na implementação das NDCs**, com foco na participação efetiva, transparência e justiça, e que articulem mitigação, adaptação, transição justa, proteção da biodiversidade e redução das desigualdades, enfatizando sua relação intrínseca com os planos nacionais de desenvolvimento. Para a América Latina e o Caribe, o Acordo de Escazú constitui um marco essencial para garantir tal inclusividade e transparência.
3. **Reconhecer que temas-chave para o sucesso da COP30 — como a ambição e a correção de rumo das NDCs 3.0 e a implementação do GST — não estão suficientemente refletidos na agenda formal**, e por isso, promover desde já a construção participativa e transparente de uma *Cover Decision* que os integre de forma central no pacote de negociação. Essa decisão deve evidenciar o estado da ação climática em relação à meta global de 1,5°C, impulsionar a definição de ações para a implementação do Acordo de Paris e do primeiro Balanço Global; e fortalecer as estruturas existentes de prestação de contas e transparência.
4. **Advogar pela adoção de uma decisão clara no âmbito do Diálogo dos EAU para a implementação do GST que atenda explicitamente aos temas de mitigação, adaptação e meios de implementação**, inclusive em relação a uma transição energética justa, ao cumprimento das metas para deter e reverter o desmatamento e aos objetivos setoriais de adaptação. O resultado dessa decisão deveria criar um item de agenda anual que permita o acompanhamento e garanta a prestação de contas em seu cumprimento.
5. **Promover um diálogo transparente e aberto entre Chefes de Estado, negociadores, atores não estatais e sociedade civil sobre os gargalos para a implementação no âmbito do *Global Ethical Stocktake***, com vistas a esclarecer as causas estruturais, éticas e de princípios por trás da crise climática. Isso deve contribuir para promover soluções transformadoras que envolvam a coordenação e cooperação de diversos setores.

Adaptação e perdas e danos

1. **Garantir uma agenda de adaptação robusta e transformadora na COP30 que lhe conceda o status de prioridade política e estratégica**. Esta agenda deve articular a ação política em todos os níveis (regional, nacional e local) e posicionar a adaptação como garantia para os direitos humanos e da natureza, dentro de um marco de justiça climática. Isso inclui a adoção do quadro de indicadores da Meta Global de Adaptação (GGA), impulsionando compromissos concretos para avançar em direção à universalização dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs 3.0) até 2025, aumentar e garantir a provisão de recursos, alinhados com as necessidades dos países em desenvolvimento, e acordar o Roteiro de Adaptação de Baku (BAR) para continuar o trabalho após Belém.
2. **Facilitar a adoção de um conjunto de indicadores que permita operacionalizar a GGA**. Este conjunto de indicadores, que permitirá monitorar o progresso em relação às 11 sub-metas da GGA, com especial atenção aos meios de implementação, deve ser gerenciável e inclusivo, aplicável globalmente, sensível aos contextos nacionais e

incorporar o conhecimento e a visão das comunidades locais e dos povos indígenas.

3. **Instar os Chefes de Estado e negociadores dos países desenvolvidos a se comprometerem a garantir a sustentabilidade e a certeza financeira dos novos fluxos de financiamento da adaptação.** Esses fluxos devem garantir o acesso direto aos países em desenvolvimento, assegurar reposições adequadas, em particular garantindo a reposição de USD 300 milhões para o Fundo de Adaptação; e melhorar o acesso efetivo a outros fundos relevantes, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo para o Meio Ambiente Global, em linha com a decisão de triplicar os recursos financeiros climáticos para a nova meta de financiamento climático. Além disso, deve-se fazer um apelo ao Mecanismo Financeiro da UNFCCC para apoiar a implementação das metas da GGA.
4. **Assegurar um novo compromisso de financiamento para a adaptação pós-2025 que, pelo menos, triplique os níveis de 2019, ou seja, USD 120 bilhões até 2030¹.** Este compromisso deve estar alinhado com a nova meta de financiamento climático, o Roteiro Baku-Belém e as 11 metas da GGA. O compromisso deve: i) mobilizar recursos com rapidez e escala, gerando oportunidades para povos indígenas, comunidades locais e subnacionais; ii) ser quantitativo, verificável, plurianual e entregue como subvenções ou fundos altamente concessionais que não gerem dívida; e iii) contar com um espaço institucional de acompanhamento e incluir este tema como item de agenda na decisão da GGA.
5. **Chamar a atenção política dos Chefes de Estado e negociadores dos países desenvolvidos para que reconheçam as perdas e danos como pilar da ação climática, respaldado por compromissos financeiros.** É urgente que a mitigação, a adaptação e as perdas e danos sejam reconhecidos como os três pilares da ação climática no Roteiro para os USD 1,3 trilhões e que as provisões de financiamento sejam diferenciadas para adaptação e perdas e danos. Além disso, as decisões da COP30 devem incluir mecanismos acessíveis e justos para a região que respondam ao aumento de eventos extremos na América Latina e que estejam alinhados com as lacunas de financiamento nesta área.
6. **Ademais, instar os países desenvolvidos a garantir a capitalização adequada e a efetiva operacionalização do Fundo para Resposta a Perdas e Danos,** assegurando que os recursos sejam novos, adicionais, previsíveis e permitam uma implementação ágil, com acesso direto e foco nas comunidades mais afetadas.

Financiamento Climático

1. **Acordar e implementar o Roteiro para a mobilização de USD 1,3 trilhões anuais até 2035** que impulse uma transformação do sistema financeiro global para assegurar fluxos adequados e sustentáveis para o mundo em desenvolvimento, incluindo metas intermediárias, revisões periódicas e uma arquitetura institucional robusta que garanta transparência, acompanhamento e prestação de contas. Deve também enfatizar o financiamento público que não aumente o endividamento, amplie o espaço fiscal dos países em desenvolvimento para a ação climática e assegure o acesso efetivo por

¹ Essa meta responde à meta de duplicação acordada em 2021 e deve servir para fechar a lacuna de financiamento da adaptação (US\$ 215 a 387 bilhões anuais) e ser apoiada por um plano de ação que inclua reformas nas instituições financeiras internacionais (IFIs) e mecanismos inovadores.

parte de comunidades locais e governos subnacionais; abordando o potencial de políticas fiscais como a imposição de impostos sobre atividades poluidoras e a riqueza gerada a partir da exploração de recursos naturais e das emissões de GEE, especialmente de empresas multinacionais sediadas em países desenvolvidos, seguindo a lógica do princípio do poluidor-pagador. É igualmente importante promover o alinhamento com as decisões tomadas em outros espaços, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional e a Plataforma Regional de Cooperação Tributária para a América Latina e o Caribe (PTLAC), presidida pelo Brasil este ano.

2. **Realizar o acompanhamento institucional da implementação da decisão sobre a nova meta de financiamento climático.** Em particular, deve-se instar os países desenvolvidos a assegurar o cumprimento do compromisso de triplicar os fluxos financeiros anuais para os fundos do Mecanismo Financeiro², destinados à implementação dos compromissos climáticos dos países em desenvolvimento; ressaltando a importância do financiamento público e altamente concessional e, no caso de recursos privados, que sejam mobilizados dentro de um quadro de sustentabilidade e respeito aos direitos humanos.
3. **Fomentar um espaço de discussão focado na adoção de uma decisão substancial para operacionalizar o Artigo 2.1c do Acordo de Paris.** Deve-se começar por reconhecer que o regime climático deve incidir ativamente no chamado para realizar reformas estruturais nos sistemas financeiros nacionais e internacionais, incluindo as discussões sobre a eliminação de subsídios às indústrias poluidoras e emissoras de GEE, com uma abordagem de justiça climática.
4. **No âmbito da Agenda de Ação, promover a participação efetiva de povos indígenas, comunidades locais, juventudes, mulheres e outros grupos historicamente excluídos na governança do financiamento climático, garantindo transparência, rastreabilidade e acesso direto aos recursos.** Isso implica focar as discussões na melhoria da informação pública sobre fluxos financeiros e estabelecer mecanismos participativos para o acompanhamento do cumprimento dos compromissos financeiros.

Transição Justa

1. **Instar o reconhecimento de que a transição justa é um eixo estruturante da implementação do Acordo de Paris e de seus instrumentos nacionais³,** acordando princípios e salvaguardas para sua implementação, e impulsionando a criação de planos nacionais de transição justa integrados com as NDCs, NAPs e estratégias de longo prazo. Da mesma forma, promover a criação de um mecanismo de cooperação internacional para a Transição Justa, que conecte processos dentro e fora da UNFCCC.
2. **Facilitar consensos em torno do Programa de Trabalho de Transição Justa** que permitam impulsionar a transição de um modelo econômico extrativista e intensivo em combustíveis fósseis para um modelo inclusivo, sustentável e baseado na justiça climática e social e no respeito aos direitos humanos e trabalhistas. Este deve incorporar a diversificação econômica, a geração de empregos de qualidade, o

² Fundo Verde para o Clima, Fundo de Adaptação, Fundo Global para o Meio Ambiente, Fundo para os Países Menos Desenvolvidos, Fundo para Perdas e Danos e Fundo Especial para Mudanças Climáticas.

³ NDCs, NAPs, estratégias de longo prazo, etc.

financiamento justo sem sobre-endividamento, a cooperação internacional efetiva e a participação plena e equitativa de povos indígenas e comunidades locais e afrodescendentes, trabalhadores, mulheres e juventudes.

3. **Instar os Chefes de Estado, particularmente dos países desenvolvidos e dos principais produtores e consumidores de combustíveis fósseis, a apresentar um roteiro para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis com uma data de saída clara.** Com base no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e fazendo um apelo a todos os atores, especialmente ao setor privado e ao setor energético, isso contribuiria para demonstrar ações concretas de implementação do compromisso do Balanço Global associado à transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos e, ao mesmo tempo, poria fim à persistência do extrativismo no Sul Global.
4. **Convocar os Chefes de Estado a ampliar os esforços para alcançar a meta global de triplicar as energias renováveis e duplicar a eficiência energética até 2030, com base nas circunstâncias e capacidades nacionais dos países em desenvolvimento.** Isso deve ser implementado em parceria com o setor privado, os povos indígenas e as comunidades locais, sob uma abordagem ecossocial centrada na justiça, que assegure a preservação dos territórios e a erradicação da pobreza energética.
5. **Colaborar com os atores da agenda de ação climática para implementar mecanismos de financiamento inclusivos para a transição energética justa.** Esses mecanismos devem garantir a mobilização de recursos sem sobre-endividamento, a erradicação da pobreza energética e a ampliação do financiamento e das capacidades. Além disso, devem integrar instrumentos participativos adaptados às realidades e prioridades locais, entre os quais podem estar as plataformas de transição justa e de investimento em cada país, e se alinhar com a implementação das NDCs.

Sinergias Clima-Biodiversidade

1. **Impulsionar a liderança política de países-chave para fortalecer as sinergias entre as três Convenções do Rio, que possam se traduzir em uma governança integrada a nível nacional.** A COP30 deve ser uma oportunidade para demonstrar vontade política concreta que conecte os compromissos climáticos com as metas de biodiversidade e de combate à desertificação, orientando políticas públicas, investimentos e marcos regulatórios para uma ação mais eficiente e com maiores co-benefícios.
2. **Instar a criação, no âmbito da UNFCCC, de um espaço de discussão para fortalecer o trabalho conjunto entre as três Convenções do Rio.** Para isso, sugerimos que seja proposto um item de agenda que inicie as conversas em Bonn e continue até a COP30, promovendo negociações e consensos em torno de uma decisão sobre sinergias.
3. **Em conjunto com a Agenda de Ação e por meio do *Mutirão* Global, instamos para que sejam estabelecidos espaços que destaquem o papel das comunidades locais e dos povos indígenas na implementação de soluções integradas para o clima e a biodiversidade.**

Nossas recomendações buscam contribuir para o sucesso da COP30 reforçando o multilateralismo, não apenas como um marco de negociação entre governos, mas como um espaço de construção coletiva entre povos, setores e gerações. Reconhecemos que o processo climático no âmbito da UNFCCC foi uma conquista do multilateralismo

ambiental e, por isso, fazemos um apelo para revitalizá-lo com decisões que respondam à urgência científica e ao mandato ético de proteger a vida e a dignidade de todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nossa região está pronta para oferecer liderança, inovação e cooperação para avançar rumo a uma governança climática justa, ambiciosa e eficaz.

Conectando o regime climático com a vida real das pessoas, as vozes aqui representadas expressam os desafios, soluções e oportunidades que se vivem nos territórios. Nossa convicção é de que acelerar a implementação do Acordo de Paris não é apenas possível, mas imprescindível, e que isso requer ajustes estruturais em todos os níveis. Juntamo-nos ao *Mutirão* Global com a esperança de que a COP30 seja lembrada como o ponto de inflexão que transformou compromissos em transformações reais. Estamos à disposição para seguir caminhando juntos rumo a um futuro mais justo, resiliente e sustentável.

Organizações signatárias:

1. ACT Alliance
2. Agrupación Comité Medio Ambiental Valle de Colliguay
3. AIDA
4. Alianza por un mejor Darién
5. Argentina 1.5
6. Asamblea de Vecinos autoconvocados de Loncopue
7. Asociación Ambiente y Sociedad
8. Asociación Centroamericana Centro Humboldt
9. Asociación Municipal de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de la Jagua de Ibirico Cesar
10. Centro de Estudios de derecho, justicia y sociedad - Dejusticia
11. Centro de Incidencia Ambiental de Panamá
12. Centro Ecoceanos
13. Centro Mexicano de Derecho Ambiental A.C. (CEMDA)
14. Centro Transdisciplinario de Estudios Ambientales y Desarrollo Humano Sostenible
15. Christian Aid
16. Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo (CIEDUR)
17. Climalab
18. Climate Action Network América Latina
19. Colibri Asociación Ecologista de Panama
20. Colombia Aris Mining
21. Comisión de Accion Social Menonita (CASM)
22. Comite de DD.HH. y ecologicos de Quilpué
23. Comunicación y Educación Ambiental SC
24. EcoZoolidarios Colombia
25. Enda Colombia
26. Engenera AC
27. Foro Región Central
28. Fundación Alivio del Sufrimiento (FAS)
29. Fundación Ambiental Mohan

30. Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN)
31. Fundación Avina
32. Fundación Barranquilla+20
33. Fundación Chile Sin Ecocidio
34. Fundación Chile Sustentable
35. Fundación Pachamama
36. Fundación Pronorte
37. Fundación Quantum
38. Fundar
39. Grupo de Financiamiento Climático para Latinoamérica y el Caribe (GFLAC)
40. Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights (GI-ESCR)
41. Greenpeace Andino
42. Greenpeace Brasil
43. Greenpeace México A.C.
44. InfoSostenible
45. Iniciativa Climática de México (ICM)
46. Institución Agropecuaria La Loma Bojayá
47. Instituto de Derecho Ambiental de Honduras (IDAMHO)
48. Instituto de Estudios Socioeconómicos (INESC)
49. Instituto Talanoa
50. Jóvenes guardianes de la naturaleza
51. LACLIMA
52. Memoria Indígena
53. Mesa Afrodescendiente de Justicia Climática en Centroamérica y el Caribe (AfroClimaCC)
54. Movimiento Cesar sin fracking y sin gas
55. Natural Resource Governance Institute
56. Naturaleza para la Vida
57. Observatorio Ciudadano
58. Observatório do Clima
59. ONG FIMA
60. Organismo Cristiano de Desarrollo Integral de Honduras (OCDIH)
61. Plataforma Boliviana de Acción Frente al cambio climático (PBAACC)
62. Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático
63. Plataforma CIPÓ
64. Plataforma Internacional contra la Impunidad
65. Polen Transiciones Justas
66. Reacción Climática
67. Red de Mujeres de Valdivia
68. Red Dominicana de Estudios y Empoderamiento Afrodescendiente
69. Red Sudamericana para las Migraciones Ambientales RESAMA
70. Redes Chaco
71. Soluciones Estratégicas Sustentables
72. Sustenta Honduras
73. The Climate Reality Project América Latina
74. Transforma
75. Veredas AC

76. World's Youth for Climate Justice
77. WWF América Latina y el Caribe
78. 350.org América Latina y el Caribe